

ENTRE PLATAFORMAS E BONIFICAÇÕES: A RACIONALIDADE GERENCIAL DA EDUCAÇÃO NO PARANÁ

BETWEEN PLATFORMS AND BONUSES: THE MANAGERIAL RATIONALITY OF EDUCATION IN PARANÁ

Damila Machado¹

Rafael Rodrigo Mueller²

RESUMO

O artigo examina as transformações na educação pública estadual do Paraná decorrentes da adoção de plataformas digitais e políticas de bonificação, que reforçam uma racionalidade gerencial na gestão educacional. Busca-se compreender como essas tecnologias alteram a estrutura escolar e afetam a autonomia docente. A pesquisa, de abordagem qualitativa, baseia-se na análise documental de reportagens, comunicados institucionais e documentos oficiais da SEED-PR produzidos entre 2019 e 2025. O referencial teórico articula três eixos: as reflexões de Ricardo Antunes (2009, 2015, 2018, 2019, 2020, 2022) sobre o trabalho docente na era digital e a uberização das relações educacionais; a crítica de István Mészáros (2009) à racionalidade mercantil frente às demandas sociais da educação; e as contribuições de José Van Dijk (2018) acerca da plataformização e seus impactos na autonomia institucional, privacidade e governança. Os resultados evidenciam uma profunda reconfiguração da educação pública, marcada pelo aumento do controle gerencial, pela precarização do trabalho docente e pelo enfraquecimento da função social da escola. Conclui-se que a expansão da plataformização tem produzido efeitos prejudiciais à estrutura escolar, intensificando lógicas mercantis baseadas em métricas, rankings e indicadores de desempenho.

Palavras-chave: Educação. Plataformização. Parceria público-privada.

ABSTRACT

The article examines the transformations in public education in the state of Paraná resulting from the adoption of digital platforms and bonus-based policies, which reinforce a managerial rationality in educational management. It seeks to understand how these technologies reshape school structures and affect teacher autonomy. The qualitative research is based on documentary analysis of news reports, institutional statements, and official documents from SEED-PR produced between 2019 and 2025. The theoretical framework articulates three axes: Ricardo Antunes' reflections (2009, 2015, 2018, 2019, 2020, 2022) on teaching work in

¹ - Graduada em Pedagogia (UNESC). Mestranda em Educação PPGE – UNESC. – *e-mail*: damilamachado@gmail.com

² - Doutor em Educação. Líder do Núcleo de Estudos sobre Formação – *e-mail*: rrmueller@unesc.net

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 9, n^o2, julho/dezembro - 2025.– Curso de Pedagogia– UNESC

the digital era and the “uberization” of educational relations; István Mészáros’ (2009) critique of mercantile rationality in the face of the social demands of education; and José van Dijck’s (2018) contributions on platformization and its impacts on institutional autonomy, privacy, and governance. The results reveal a profound reconfiguration of public education, marked by heightened managerial control, the precarization of teaching work, and the weakening of the school’s social function. It concludes that the expansion of platformization has produced detrimental effects on school structures, intensifying market-oriented logics based on metrics, rankings, and performance indicators.

Keywords: Education. Platformization. Public-private partnership.

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a educação pública brasileira tem sido atravessada por processos de reconfiguração impulsionados por incorporações de tecnologias digitais e pela intensificação das parcerias entre o público-privado. Esse fenômeno tem se manifestado de forma particularmente intensa a partir de 2019, especialmente após o período da pandemia do covid-19, com a implementação das plataformas digitais educacionais mediadas por essas grandes corporações internacionais do setor tecnológico. Essa dinâmica caracteriza-se pela crescente adoção de tecnologias digitais mediadas por plataformas educacionais, frequentemente viabilizadas por parcerias público-privadas. Considerando o contexto, observa-se a atuação de grandes corporações internacionais do setor tecnológico, que têm recebido consideráveis recursos públicos para implementar soluções digitais nas escolas da rede estadual.

Tal movimento suscita debates sobre a autonomia pedagógica, a gestão dos dados educacionais e os impactos da mercantilização do ensino, sendo fundamental essa discussão no cenário das políticas educacionais. A transferência das responsabilidades educacionais para empresas privadas, ainda que sob a justificativa de inovação e eficiência, levanta questionamentos sobre os limites da privatização em um setor historicamente vinculado ao interesse público. Esse processo, intitulado como plataformação da educação, envolve não apenas mudanças na estrutura escolar, mas também na gestão pedagógica, nas questões que se relacionam a circulação de dados educacionais e no próprio funcionamento das redes de ensino.

Em consequência disso, o objetivo geral deste trabalho é analisar os efeitos da plataformização da educação pública no estado do Paraná, o foco central será nas parcerias público-privadas e seus impactos sobre a gestão educacional e a autonomia docente. No que se refere aos objetivos específicos, serão: investigar o processo de implementação de plataformas digitais na rede estadual de ensino no Paraná; identificar os principais protagonistas envolvidos nas parcerias público-privadas e os interesses em jogo e avaliar os efeitos da plataformização sobre o trabalho dos professores.

A pesquisa assume uma abordagem qualitativa, com ênfase na análise documental de fontes públicas e jornalísticas. Serão examinados materiais como reportagens de jornais, documentos oficiais da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED-PR) como por exemplo, decretos que demarcam essa estrutura como o nº 10051, de 10 de janeiro de 2022 que institui uma gratificação pelo uso da tecnologia no ensino com o critério único por assiduidade, além deste decreto, contratos públicos, notas técnicas e comunicados institucionais relacionados à implementação de plataformas digitais no ensino estadual do Paraná entre os anos de 2019 e 2025, como podemos citar: notas presentes no site do APP Paraná Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná, que apresentaram diversos estudos que evidenciou a perspectivas dos professores acerca dessa temática.

A seleção por uma abordagem qualitativa se fundamenta pela necessidade de entender os sentidos, narrativas e estratégias que transpassam o processo de plataformização da educação, assim como, os interesses políticos e econômicos incluídos. A análise será direcionada por categorias como a autonomia pedagógica, mercantilização do ensino, gestão de dados educacionais e parcerias público-privadas.

Para a fundamentação teórica, esta pesquisa se ampara em autores que debatem criticamente as transformações estruturais no campo da educação frente a lógica do capital e da digitalização como: Ricardo Antunes (2020, 2022) favorece com reflexões sobre o trabalho docente na era digital, a uberização das relações no campo da educação e os efeitos da plataformização sobre a precarização do trabalho na educação pública. Enquanto István Mészáros (2009) oferta uma análise estrutural em relação a lógica do capital e sua entrada nas esferas públicas, abrangendo a educação, salientando, portanto, os limites da racionalidade mercantil em vista às demandas sociais e José van Dijck (2018) discute o conceito de Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 9, nº2, julho/dezembro - 2025.– Curso de Pedagogia– UNESC

plataformização como um processo sociotécnico que reestrutura e produz uma novo formato nas instituições públicas sob a lógica das plataformas digitais, com consequências para a governança, a privacidade e a autonomia institucional.

Esses autores que foram citados anteriormente, trazem contribuições para entender como a plataformização da educação no Paraná se incorpora em uma conjuntura mais ampla de reconfiguração das políticas públicas perante a influência de interesses privados e tecnológicos.

A estrutura deste artigo está estruturada em três seções principais, ligadas entre si a fim de possibilitar uma análise crítica do processo de plataformização na educação pública estadual do Paraná. Na primeira seção, expõe-se acerca das iniciativas que incentivaram a adesão de plataformas digitais, com evidência para alguns dos marcos institucionais e as políticas que facilitaram para as parcerias entre o setor público e grandes empresas privadas. Posteriormente, são localizados quais são os principais agentes envolvidos nesse processo — abrangendo atores governamentais e corporativos — e debatido sobre os interesses políticos, econômicos e tecnológicos que seguram a expansão dessas plataformas no contexto educacional. Por fim, a última seção dedica-se à avaliação dos impactos já refletidos sobre a plataformização a respeito da autonomia pedagógica dos docentes, discutindo os limites e as incoerências que emergem da crescente servidão das tecnologias digitais no cotidiano escolar.

2. A PLATAFORMIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO PARANAENSE

Ao se debruçar sobre a trajetória da educação brasileira, nota-se uma intensificação entre as parcerias do setor público e empresas privadas, configurando um cenário em que o capital passa a atuar de forma direta ou indireta na formulação de políticas educacionais. Essa inserção crescente do setor privado não apenas redefine os rumos da gestão pública, como também impõe novas lógicas ao funcionamento das instituições escolares. Tal processo apresenta implicações profundas para a sociedade, especialmente no que diz respeito à preservação dos direitos historicamente conquistados no campo educacional, como o acesso universal, a equidade e a autonomia pedagógica. Esse processo se expande ao longo dos anos 2000 e se consolida de forma mais incisiva na década de 2010, quando fundações

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 9, nº2, julho/dezembro - 2025.– Curso de Pedagogia– UNESC

empresariais, institutos privados e corporações do setor tecnológico passam a ocupar espaços estratégicos na formulação, implementação e avaliação das políticas educacionais. Pois nessas circunstâncias Saviani (2011) citado por Martins (2020) e Pina (2020) salientam que:

a classe empresarial busca operacionalizar os objetivos e controlar o trabalho dos professores (...) redefinindo o trabalho educativo de uma atividade de tipo artesanal (...) para a atividade de tipo industrial (dada a expropriação do conhecimento dos trabalhadores e o maior controle externo sobre o processo e produto de trabalho).

Desde 2019, o estado do Paraná é governado por Carlos Massa Ratinho Junior³, cuja gestão tem sido fortemente conhecida por uma postura promissora para à privatização dos serviços públicos e da sua organização. Quando se analisa o campo educacional, essa instrução tem se manifestado em incentivos significativos à introdução das parcerias público-privadas, especialmente por meio da adoção de plataformas digitais no ensino e da terceirização de funções estratégicas na rede estadual de ensino.

A participação da iniciativa público-privada (PPP's) na educação tem sido frequentemente apresentada como uma solução para os desafios enfrentados pela educação pública brasileira, conforme discutem Souza, Lima e Schneckenberg (2025). Sob essa perspectiva, tais parcerias são promovidas como mecanismos capazes de superar deficiências estruturais e operacionais do sistema educacional, atribuindo ao setor privado a responsabilidade por oferecer maior eficiência e qualidade. No entanto, essa lógica tende a deslocar o papel do Estado como garantidor de direitos sociais, ao mesmo tempo em que fortalece a presença do mercado na formulação e execução das políticas educacionais. Trata-se de uma reconfiguração que, longe de ser neutra, carrega implicações profundas sobre os princípios de equidade, universalidade e autonomia que historicamente sustentam a educação pública.

Para compreender o fenômeno da plataformização na educação, é fundamental partir de conceitos estruturantes, como o de capitalismo de plataforma, que, segundo Antunes (2020; 2022), se qualifica pela centralidade da exploração de dados e pelo aumento do uso de

³ Atual governador no estado do Paraná, conhecido popularmente como Ratinho Jr. assume o mandato pelo (Partido Social Democrático – PSD) desde 2019.

tecnologias digitais como dispositivos de reforma do trabalho e da produção. Essa lógica reestrutura os mecanismos de geração de valor, transferindo-os para um funcionamento baseadas na captura, processamento e mercantilização de informações, o que tem implicações diretas sobre os modos de gestão e organização da educação pública, também conhecido como ‘economia dos dados’. Outro conceito importante para a discussão é o fenômeno de uberização em que (Antunes, 2020; 2022) designa como um modelo de trabalho caracterizado pela precarização, flexibilidade extrema, individualização das relações de trabalho e ausência de direitos trabalhistas tradicionais.

Conforme assegura Carvalho e Pires (2021) *apud* Souza, Lima e Schneckenberg (2025, p. 3), as parcerias público-privadas (PPPs) tiveram início no governo Fernando Henrique Cardoso (1994–2002), com continuidade nos governos subsequentes, avançando na regulamentação por meio da legislação sobre o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) – Lei nº 13.019/14 (Brasil, 2014), entre outros dispositivos complementares.

Esses dispositivos normativos constituem um projeto de remodelação do Estado, guiado pela racionalidade gerencial e pela busca por maior eficiência e eficácia na gestão pública. Tal proposta se projeta dentro de uma lógica de mercado, marcada por princípios neoliberais que reposicionam o papel do Estado como indutor de parcerias e facilitador da atuação privada, em detrimento de sua função histórica como garantidor de direitos sociais.

Segundo Alves e Barbosa (2023), o desenvolvimento da plataformização da educação foi significativamente intensificado com a implementação da Reforma do Ensino Médio instituída pela Lei nº 13.415/2017 que alterou a LDB/1996 e reorganizou a estrutura curricular dessa etapa de ensino. As autoras destacam que essa reconfiguração — seguida nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (Resolução CNE/CP nº 3/2018) — aumentou as condições para a implementação de empresas privadas, sobretudo aquelas relacionadas ao setor tecnológico, na oferta de conteúdos, serviços e soluções educacionais. No caso do Paraná, esse movimento é evidenciado em notas oficiais da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED-PR), que passaram a anunciar e justificar a adoção de plataformas digitais, trilhas formativas e recursos educacionais privados como parte da implementação do novo modelo curricular. Assim, a Reforma do Ensino Médio não apenas reestruturou a organização

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 9, nº2, julho/dezembro - 2025.– Curso de Pedagogia– UNESC

pedagógica, mas também abriu espaço para a consolidação de parcerias público-privadas, favorecendo para a intensificação da racionalidade gerencial e para a expansão da plataformização no interior das redes estaduais. Conforme foi evidenciado em nota oficial da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED-PR). A instituição afirma que:

Com as mudanças do Novo Ensino Médio e a implementação de novas tecnologias na escola, as salas de aula da rede estadual do Paraná estão mais dinâmicas e interativas. Os estudantes, agora, aprendem sobre temas como cultura digital e organização das finanças — e fazem isso com o auxílio de plataformas digitais e de conteúdos multimídia, que os professores podem apresentar por meio de TV e computador, presentes em cada uma das 22,5 mil salas de aula da rede” (PARANÁ, 2022c).

Essa declaração oficial fortalece a narrativa de modernização e inovação tecnológica incentivada pelo Estado, em paralelo evidencia a centralidade das plataformas digitais na direção das práticas pedagógicas. Porém, como apontam Alves e Barbosa (2023), essa transformação está inserida em um contexto de reconfiguração das relações de poder, da gestão educacional e do trabalho docente, exigindo uma análise crítica sobre seus efeitos na qualidade e na equidade do ensino.

Ao refletir sobre os impactos da tecnologia na vida social, Marcuse (1973) aponta para a dissolução das fronteiras entre o público e o privado, destacando que “o aparato produtivo tende a tornar-se totalitário...”, o que permite pensar como as plataformas digitais na educação também agem nesse sentido, reformulando práticas, subjetividades e relações escolares. Conforme reflete Marcuse (1973), a tecnologia viabiliza formas cada vez mais sofisticadas de controle social, tornando menos perceptíveis os mecanismos de dominação que ela mesma institui e, conseqüentemente, dificultando o reconhecimento da resistência necessária a esse processo.

Alves e Barbosa (2023) salientam que, esse processo envolve a tecnologia na sociedade contemporânea não se reduz ao domínio da natureza, mas se estende e se converte em uma racionalidade política que orienta decisões cotidianas, políticas públicas e práticas institucionais. A tecnologia, nesse cenário passa a ser mais que apenas um instrumento e

passa a operar como um dispositivo aparato, capaz de moldar comportamentos, subjetividades e formas de organização social.

Esse pensamento hegemônico, amparado por narrativas de inovação, eficiência e modernização, inclina-se para um processo de naturalização das práticas de controle e vigilância, principalmente em âmbito educacional. A plataformização, por exemplo, é a expressão concreta desse pensamento, ao transformar o ambiente escolar em um espaço gerido por dados, algoritmos e métricas de desempenho. Assim, o que Alves e Barbosa (2023) identificam como um sistema de dominação progressiva, revela-se na forma como as tecnologias educacionais são implementadas, repetidas vezes sem debate público considerando os interesses dos demais envolvidos, reforçando padrões de desigualdade e esvaziando o sentido pedagógico da prática docente, além de outros efeitos gerados por esse fenômeno.

A professora Shoshana Zuboff (2020) citada por Alves e Barbosa (2023), problematiza os desafios e dilemas decorrentes das transformações tecnológicas e econômicas que configuram a arquitetura digital do século XXI. Conforme apontado pela autora, essas mudanças revelam uma crescente complexidade e sofisticação na lógica de acumulação de capital e de dominação, intensificando e reconfigurando as dinâmicas de poder, controle e vigilância, que se tornam cada vez mais universais. Nesse panorama, o avanço das máquinas inteligentes e das plataformas digitais, enquanto fenômeno global, contribui para o aprofundamento das formas de dominação e para a reificação dos sujeitos, colocando em risco os princípios democráticos e as liberdades individuais. E ainda de acordo com Zuboff (2020) sobre os capitalistas de vigilância:

[...] descobriram que os dados comportamentais mais preditivos provêm da intervenção no jogo de modo a incentivar, persuadir, sintonizar e arrebanhar comportamento em busca de resultados lucrativos. Pressões de natureza competitiva provocaram a mudança, na qual processos de máquina automatizados não só conhecem nosso comportamento, como também moldam nosso comportamento em escala (Zuboff, 2020, p. 19).

A reflexão de Zuboff (2020, p. 19) em relação da capacidade das tecnologias digitais de moldar comportamentos em escala, guiadas por interesses lucrativos, é especialmente pertinente para compreender as parcerias público-privadas estabelecidas pelo Estado do Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 9, n°2, julho/dezembro - 2025.– Curso de Pedagogia– UNESC

Paraná no campo educacional. A adesão de plataformas digitais em larga escala, muitas delas desenvolvidas ou executadas por empresas privadas, coloca a escola pública em uma lógica de mercado, na qual os dados gerados por estudantes e professores tornam-se ativos valiosos. Essas parcerias não só possibilitam o uso de tecnologias, como também incorporam mecanismos de incentivo, persuasão e vigilância que modificam e reconfiguram o cotidiano escolar. O imperativo de metas de uso, bonificações por desempenho e penalizações por não adesão às plataformas, por exemplo, dão maior materialidade em como a racionalidade competitiva e empresarial adentra na gestão educacional, modificando as práticas pedagógicas em comportamentos monitoráveis e ajustáveis de acordo com os interesses por trás. Nessa conjuntura, a educação deixa de ser um espaço de formação crítica e passa a ser como um campo de extração de dados e conformação de condutas, alinhando-se aos interesses das corporações envolvidas nas parcerias.

Como já abordado anteriormente, a tecnologia não é neutra; ela ocupa um espaço e assume intencionalidades, interesses e racionalidades que ecoam projetos políticos e econômicos específicos. A efetivação das plataformas digitais na educação não ocorre de forma desinteressada, mas está profundamente articulada às transformações no mundo do trabalho e à emergência de um novo perfil de trabalhador, caracterizado por Antunes (2018) como o “novo proletário de serviços na era digital”. Nesse cenário, a escola, enquanto espaço histórico de disputas e reprodução social, assume e se organiza conforme às exigências desse modelo produtivo, acolhendo práticas e dispositivos que intensificam a lógica da flexibilização, da vigilância e da performatividade. Do mesmo modo que a plataformização da educação não apenas modifica o cotidiano escolar, mas também insere a instituição em um movimento mais amplo de reconfiguração das relações entre trabalho, saber e poder, em harmonia com os interesses econômicos, sociais e políticos que conservam essa nova racionalidade. De acordo com Mészáros (2005, p. 45) “A educação, sob o domínio do capital, tende a reproduzir a alienação, ao invés de superá-la, pois está subordinada à lógica da produtividade e da adaptação funcional, e não à formação plena do ser humano.”

A crítica de Evgeny Morozov (2013) faz ao chamado “solucionismo tecnológico”⁴ se relaciona diretamente a compreensão dos limites da plataformização da educação pública. Segundo o autor, há uma tendência em crescimento de se concordar que simplesmente aderir as tecnologias digitais pode ser capaz de resolver, de forma automática e eficiente todos os problemas estruturais da educação — como se a complexidade do campo pedagógico pudesse ser limitada a métricas, algoritmos e plataformas.

Essa lógica tecnocrática não leva em consideração todas as dimensões sociais, políticas e históricas que perpassam o campo educacional, fomentando uma falsa ideia de neutralidade dos instrumentos digitais. De acordo com o site oficial da secretária de educação do Paraná (SEED-PR):⁵

Os investimentos em tecnologia e inovação se refletem diretamente na qualidade do ensino. O Paraná é o estado com melhor desempenho do Brasil no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). No ensino médio, lidera o ranking nacional com nota 4,9. Nos anos finais do ensino fundamental, o Estado está empatado com Ceará e Goiás na primeira posição, com nota 5,5 (SEED-PR, 2025)

Ao aceitar que plataformas e aplicativos são, por si só, significado de inovação e qualidade, acentua as chances de embaralhar os verdadeiros desafios encontrados pelas escolas, como por exemplo: a precarização do trabalho docente, a desigualdade de acesso e a desvalorização da formação crítica. Morozov (2013), portanto, chama atenção para a necessidade de resistir à lógica do automatismo tecnológico e resgatar o debate sobre os fins da educação, que vá para além dos meios. De acordo com o site oficial da secretária de educação do Paraná (SEED-PR):

Desde a pandemia, o sistema educacional paranaense adotou ferramentas da Google for Education, integrando soluções digitais às práticas pedagógicas. Atualmente, os alunos contam até com recursos de inteligência artificial para aprimorar a redação e desenvolver habilidades em diferentes áreas do conhecimento (SEED-PR, 2025).

⁴ To Save Everything, Click Here: The Folly of Technological Solutionism (2013).

⁵ Paraná Governo do Estado – Secretária de Educação. Telas interativas e chromebooks: governador entrega R\$ 33,3 milhões em tecnologia a escolas. Disponível em: <<https://www.educacao.pr.gov.br/Noticia/Telas-interativas-e-chromebooks-governador-entrega-R-333-milhoes-em-tecnologia-escolas>> Acesso em: 21 de outubro de 2025.

É essencial compreender que essa iniciativa não se configura apenas como um projeto pontual de governo, mas como expressão de um modelo político mais amplo, pautado pela lógica da performatividade, da meritocracia e da gestão por resultados. A recente ação divulgada pelo site oficial do Estado, intitulada “Todos no mesmo barco”, exemplifica esse direcionamento e a narrativa de um pensamento que se estrutura a partir de elementos que na prática se interligam a uma lógica neoliberal. A atividade “Remando juntos pelo SAEB”, voltada aos estudantes do 9º ano de um colégio de Curitiba, consistiu em uma visita ao Parque Náutico da capital, onde os alunos participaram de uma aula experimental de Dragon Boat. Segundo a chefe do núcleo, o objetivo era “fortalecer a motivação, a autoconfiança e o senso de união entre os alunos”, com destaque para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais. No entanto, essa proposta revela uma estratégia de mobilização que reforça a responsabilização individual pelo desempenho coletivo nas avaliações em larga escala, evidenciando como práticas simbólicas são utilizadas para alinhar afetos e comportamentos aos interesses de um sistema educacional orientado por métricas e rankings.

3. AUTONOMIA DOCENTE EM RISCO: O COTIDIANO ESCOLAR SOB PLATAFORMAS NO ESTADO DO PARANÁ

As plataformas digitais de aprendizagem (PDA) têm se consolidado como componentes centrais na estrutura da educação pública estadual do Paraná. Sua presença abrange desde sistemas de gestão escolar, controle de frequência até os ambientes virtuais destinados à distribuição e realização de atividades pedagógicas. Conforme enfatiza Sczip (2024):

Entre as queixas mais ouvidas pelos professores está a falta de tempo para preparar suas aulas e ensinar seus conteúdos. Sentem-se reduzidos a meros apêndices da parafernália digital, restando-lhe o simples papel de atribuição de atividades, verificação de acessos por parte aluno, conferência de notas e toda ordem de tarefas sem sentido (Sczip, p. 2, 2024).

Sczip (2024) evidencia um dos efeitos mais perversos da plataformização da educação: a desfiguração do trabalho docente. Ao serem limitados a agentes de sistemas digitais, os Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 9, nº2, julho/dezembro - 2025.– Curso de Pedagogia– UNESC

professores percebem a sua função pedagógica esvaziada, reduzindo-se a meros executores de tarefas burocráticas e repetitivas, como o controle de acessos dos estudantes, a atribuição de atividades e a colocação de notas.

Esse funcionamento reforça ainda mais o que Antunes (2020; 2022) nomeia como a “uberização” do trabalho no âmbito da educação, na qual a mediação tecnológica não somente reestrutura os processos de ensino, como também determina uma lógica de produtividade e vigilância que põe em risco a autonomia dos professores e o tempo necessário para a elaboração crítica das práticas pedagógicas.

Nesse contexto, a promessa de eficiência das plataformas digitais revela-se ambígua, pois, ao mesmo tempo em que automatiza procedimentos, desumaniza o vínculo entre professor e aluno, transformando o ato educativo em uma sequência de comandos operacionais.

Conforme encontrado em um estudo intitulado “Percepção dos professores sobre a plataformização da educação no Estado do Paraná – Parte III” feito pelo Sindicato dos professores do Paraná (2023) em que foram realizadas 300 entrevistas, os resultados indicam que esse processo já tem gerado impactos significativos na saúde física e mental dos professores, além de intensificar a sobrecarga de trabalho vinculada ao uso de plataformas digitais. Os profissionais relatam prejuízos no exercício da docência, vivências de práticas assediadoras, abusos de autoridade e uma sensação de obrigatoriedade diante das demandas tecnológicas impostas, muitas vezes sem diálogo ou formação adequada.

As queixas dos professores do Paraná revelam um processo de esvaziamento progressivo de seu potencial crítico e criativo, sendo cada vez mais substituído por uma rotina de trabalho marcada por tarefas burocráticas e operacionais mediadas por sistemas digitais e cobranças por resultados. Nesse molde de trabalho, o papel docente é reconfigurado em função da lógica de alimentar plataformas com dados, resultando em prejuízo na mediação pedagógica e da construção do conhecimento. O governo, ao promover esse modelo como símbolo de eficiência e qualidade, modifica a educação em um *slogan* de gestão, desconsiderando as variadas implicações que resultam desse fenômeno sobre o cotidiano escolar, a autonomia dos professores e os direitos educacionais que foram historicamente conquistados.

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 9, nº2, julho/dezembro - 2025.– Curso de Pedagogia– UNESC

Embora este trabalho se concentre em um recorte analítico geográfico específico do estado do Paraná, os efeitos da plataformização da educação extrapolam os limites regionais e se manifestam em diferentes contextos em que as tecnologias digitais passam a alcançar posição central na organização dos sistemas educacionais. Trata-se de um fenômeno que não pode ser compreendido como neutro, pois está imbricado em relações de poder, interesses políticos e lógicas de mercado. Como já advertia Apple (1979), as tecnologias na educação não são meras ferramentas técnicas; elas carregam ideologias e podem reforçar estruturas de desigualdade ao controlar e disciplinar corpos, mentes e práticas, em vez de promover a emancipação ou a democratização do conhecimento.

Diversas iniciativas têm materializado os investimentos em plataformas digitais promovidos pelo Estado do Paraná desde 2019, evidenciando a crescente plataformização da educação pública. Entre elas, destacam-se o uso de ferramentas como Matific plataforma de resolução de problemas matemáticos e Khan Academy⁶, voltadas ao apoio pedagógico em matemática; o controle de frequência escolar por meio de identificação facial; Sala Virtual Paraná que é o próprio Google Classroom (Google Sala de aula), Leia Paraná (EduFuturo) que é uma plataforma de livros virtuais, a plataforma “Lições de Casa”, que organiza e distribui atividades escolares; e o programa inglês Paraná, estruturado como uma plataforma educacional voltada ao ensino da língua inglesa. Além disso, diretores e coordenadores da rede estadual passaram a utilizar sistemas de gestão baseados em Business Intelligence (BI), com o objetivo de monitorar o desempenho acadêmico e a frequência dos estudantes. Iniciativas como o Redação Paraná e o monitoramento tecnológico diário da presença escolar são apresentadas como estratégias para combater a evasão, reforçando a centralidade dos dados na condução das políticas educacionais. No entanto, esse conjunto de ações revela uma tendência à racionalização da gestão escolar, em que a tecnologia assume papel estruturante, muitas vezes em detrimento da dimensão pedagógica e relacional do processo educativo.

Conforme citado na pesquisa do Sindicato do Paraná “82,0% consideram o sistema de reconhecimento facial pior que a chamada manual”, e “6 em cada 10 educadores ativos consideram que a escola possui estrutura básica para o uso de plataformas” e ainda sobre a

⁶ *Khan Academy* é uma organização que se apresenta como uma empresa sem fins lucrativo e que recebe através do seu site oficial doações.

estruturas escolas, “72,3% dizem que as escolas têm laboratório de informática com equipamentos adequados, mas a quantidade não é suficiente”. O estudo apresenta um ponto sobre a implementação da plataformização na prática, “Os que estão na ‘ponta da operação’, os professores sentem mais as dores da implementação das plataformas digitais. Enquanto os diretores têm uma visão mais otimista dessa implementação” (APP Sindicato do Paraná, 2023).

De acordo com relato de professores, conforme citado por Sczip (no debate Plataformização do Ensino, Entrelaçando Histórias, 2024) os estudantes têm desenvolvido estratégias para contornar as exigências impostas pelos aplicativos educacionais, revelando limitações significativas na efetividade dessas ferramentas. Em alguns casos, alunos registram fragmentos de textos aleatórios apenas para cumprir formalmente as atividades propostas, sem que haja envolvimento real com o conteúdo. No aplicativo de matemática, por exemplo, é comum que grupos de estudantes se organizem para marcar diferentes alternativas, compartilhando posteriormente a resposta correta entre si. Essas práticas evidenciam que, longe de promover um processo significativo de ensino-aprendizagem, os sistemas digitais têm sido utilizados de forma instrumental, priorizando o cumprimento de tarefas em detrimento da construção do conhecimento.

Ao incorporarem essas tecnologias na educação, as redes públicas acabam por se inserir em um modelo de ensino cada vez mais mediado por plataformas, no qual a autonomia docente se torna cada vez mais rara e a singularidade das práticas pedagógicas podem ser reduzidas a métricas e algoritmos. Esse processo reforça a tendência da “plataformização” da educação, na qual o controle e a avaliação do trabalho docente são progressivamente terceirizados para sistemas digitais, transformando o ensino em uma atividade quantificável e padronizada. Assim, embora a *Khan Academy* se proponha a ampliar o acesso ao conhecimento, sua presença reforça dinâmicas que podem acentuar a precarização da docência e invisibilizar as condições estruturais que impactam a aprendizagem.

A disponibilização de ferramentas como *Canva*, *ChatGPT*, *Gemini*, *Genially*, *Mentimeter*, *Padlet*, *Prezi* e *YouTube*, presentes no site oficial do programa Paraná Inteligência Artificial (PIÁ), evidencia o esforço do Estado em consolidar a plataformização como eixo estruturante da política educacional e as suas parcerias com empresas de

tecnologias. Esses recursos, amplamente utilizados em contextos escolares, funcionam como indicativos da orientação tecnológica adotada, reforçando o que já foi discutido anteriormente: a centralidade das plataformas digitais na organização do ensino, sob uma lógica de eficiência, inovação e controle de dados.

Em um movimento que evidencia a centralidade da tecnologia na gestão educacional e as parcerias com as grandes empresas da área tecnológica, a Secretaria de Estado da Educação do Paraná (Seed-PR) foi recentemente reconhecida pelo Google com o prêmio “Secretaria Visionária da América Latina”. A premiação destaca iniciativas consideradas inovadoras, sobretudo aquelas que envolvem o uso estratégico de ferramentas digitais no apoio às práticas pedagógicas, essa informação foi encontrada no próprio site da Secretária de Educação do Estado do Paraná. Em fevereiro de 2025, o Estado firmou uma parceria inédita com a empresa para expandir o uso da inteligência artificial (PIA)⁷ nos serviços públicos, com foco prioritário na educação. Na ocasião, foram apresentadas seis soluções tecnológicas já em operação, com a previsão de que esse número chegue a aproximadamente 30 até o final do ano, evidenciando o avanço acelerado da plataformização e a consolidação de uma lógica de gestão orientada por dados e automação no estado.

Nesse contexto de crescente plataformização e parcerias público-privadas, os docentes têm sido submetidos a um processo de intensificação do trabalho que ultrapassa as fronteiras da sala de aula. A exigência de alimentar sistemas, cumprir metas, participar de formações tecnicistas e responder a indicadores de desempenho transforma o professor em um operador de dados, esvaziando o tempo e o espaço necessários à reflexão pedagógica e à construção coletiva do saber. Como aponta Frigotto (2017), a lógica da produtividade e da eficiência, herdada do mundo empresarial, invade o campo da educação, forçando uma racionalidade tecnoburocrática que desumaniza o trabalho docente. Essa sobrecarga, repetidas vezes naturalizada sob o discurso da inovação, compromete não apenas a saúde dos profissionais, mas também a qualidade da educação pública, ao condicionar o processo formativo a

⁷ Paraná Inteligência artificial: uma plataforma digital que centraliza mais de 5.800 serviços públicos do estado, federais e municipais. Disponível em: < <https://pia.paas.pr.gov.br/> > Acesso em: 15 de setembro de 2025.

interesses externos à escola e à sua função social, dando continuidade a um longo projeto vinculado a educação pública.

4. DESAFIOS E CONTRADIÇÕES DA PLATAFORMIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO

A criação de cargos como “embaixadores das plataformas”, “prepostos” e “tutores” — todos ocupados por professores — demonstra a despersonalização e fragmentação da função docente, que passa a incluir a fiscalização do trabalho dos demais colegas, criando uma cultura de vigilância e competição entre pares. A relação da participação em cursos de formação continuada à classificação dos docentes para a escolha de aulas inaugura uma lógica meritocrática punitiva, em que aqueles que não seguem totalmente às diretrizes tecnológicas são penalizados.

A formação ofertada, é estabelecida por uma abordagem técnica e instrumental, isolada de qualquer reflexão teórica crítica, o que implica diretamente na autonomia intelectual dos professores. Conforme salientado Sczip (no debate Plataformização do Ensino, Entrelaçando Histórias, 2024) a exigência de metas de uso das plataformas e as bonificações mensais às direções escolares pelo número de alunos presentes corroboram para essa lógica de performance de atividades, e assim, colaboram na transfiguração do processo educativo em uma disputa por indicadores quantitativos.

Esse modelo acentua o individualismo e a competição entre docentes, gerando situações em que professores se comparam pelo volume de tarefas realizadas, como a correção de centenas de redações postadas para serem corrigidas em plataformas. A cultura do convencimento ideológico e da obediência se intensifica através de práticas coercitivas, como o desenvolvimento de atas para o registro do não cumprimento das metas, criando um ambiente de medo e submissão. As escolas que possuem diretores eleitos democraticamente e que não atingem os indicadores estipulados pelo governo têm as suas direções destituídas, evidenciando ataques à gestão democrática e à autonomia escolar.

A gerência da atividade docente se torna cada vez mais intensa, concomitante, ocorrem programas de intercâmbio para estudantes, docentes e gestores — especialmente para Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 9, nº2, julho/dezembro - 2025.– Curso de Pedagogia– UNESC

países como Estados Unidos, Canadá e Chile — estimulados com o objetivo de disseminar os modelos de gestão escolar em parceria com o setor privado, intensificando ainda mais a agenda de privatização e militarização da educação pública no estado.

A plataformização, nessas circunstâncias não simboliza apenas a inovação tecnológica, entretanto também opera como um mecanismo de dominação que implica na qualidade da educação, a saúde dos profissionais e os princípios democráticos que deveriam orientar a gestão escolar.

Apesar dos expressivos investimentos em tecnologia, com inúmeras propostas já implantadas e outras ainda em fase de planejamento, a realidade dos profissionais da educação revela contradições profundas. Em pleno Dia dos Professores, enquanto se celebra a inovação e a modernização do ensino, medidas como o desconto em licenças médicas e maternidade expõem o descaso com as condições de trabalho docente. Em entrevista à imprensa, o atual Secretário de Educação do Paraná, Roni Miranda, afirmou que professores doentes devem comparecer ao trabalho, ao ser questionado sobre os descontos aplicados aos servidores afastados por licença médica ⁸— medida determinada por decreto assinado pelo governador Ratinho Jr. (Brasil de Fato, 2025). Tal posicionamento evidencia uma política que valoriza a tecnocracia, mas negligência o cuidado com os profissionais que sustentam a educação pública.

A professora de Educação Física Regina Helena Assumpção Kuvada, 64 anos, relata que, após sofrer quedas dentro de casa e romper um tendão, precisou passar por cirurgia. “Fui fazer a cirurgia só em setembro porque a gente tenta ainda ficar dentro das escolas, fechar trimestre, deixar tudo organizado. Precisei de um afastamento de 45 dias. Isso me custou um desconto na GTE de R\$ 740 nos meses de setembro e outubro”, disse⁹. Como salienta Antunes (2018):

Assim, movida por essa lógica que se expande em escala global, estamos presenciando a expansão do que podemos denominar uberização do trabalho, que se

⁸ Brasil de Fato. ‘Fala do Secretário de Educação do PR é de quem quer o colapso entre os professores’ Disponível em: <
<https://www.brasildefato.com.br/2025/10/20/fala-do-secretario-de-educacao-do-pr-e-de-quem-quer-o-c-olapso-entre-os-professores/> > Acesso em: 18 de outubro de 2025.

⁹ Brasil de Fato <
<https://www.brasildefato.com.br/2025/10/20/fala-do-secretario-de-educacao-do-pr-e-de-quem-quer-o-c-olapso-entre-os-professores/> >

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 9, nº2, julho/dezembro - 2025.– Curso de Pedagogia– UNESC

tornou um leitmotiv do mundo empresarial. Como o trabalho on-line fez desmoronar a separação entre o tempo de vida no trabalho e fora dele, floresce uma nova modalidade laborativa que combina mundo digital com sujeição completa ao ideário e à pragmática das corporações. O resultado mais grave dessa processualidade é o advento de uma nova era de escravidão digital, que se combina com a expansão explosiva dos intermitentes globais (Antunes, 2018, p.37).

Com 16 anos de carreira no magistério estadual, a professora de artes Thamiris Langue Mysczak, estava de licença-maternidade, e foi pega de surpresa com desconto em um momento que deveria ser de acolhimento (Brasil de fato, 2025). Conforme ela relata em uma entrevista ao Jornal Brasil de Fato:

Tive um bebê, estou em licença-maternidade e foi uma surpresa o desconto vir em meados da licença. Cerca de 21% do meu salário de agosto foi descontado. E esse mês o desconto continua. Acredito que o salário só volte ao normal no fim de dezembro, mesmo eu voltando ao trabalho na metade de novembro (Brasil de fato, 2025).

Enquanto isso, a professora de Sociologia Nicolle Camilo relata que seus afastamentos do trabalho foram motivados por episódios de burnout e outros problemas de saúde mental diretamente relacionados às condições laborais. “Não tirei nenhuma licença estendida. Foi um acúmulo de atestados por causa da minha saúde mental, psicológica e emocional. Depressão, ansiedade e burnout se devem à questão do trabalho. Isso interfere na minha saúde física — minha imunidade oscila, e o estresse leva ao adoecimento. Tive um desconto em torno de R\$ 1.600. Este mês deixei de pagar contas e tive que restringir o mercado. Foi um baque muito grande” (Brasil de fato, 2025).

O caso da docente evidencia os efeitos perversos da alteração na Gratificação Técnica Educacional (GTE), criada pela Lei Complementar nº 242/2021 e regulamentada em 2022¹⁰ como forma de compensar os investimentos dos professores em tecnologia e formação. A partir de 2024, no entanto, a gratificação passou a ser descontada mesmo em casos de licenças

¹⁰ Leis estaduais. Legislação Estadual do Paraná. Regulamenta a Gratificação de Tecnologia e Ensino instituída pela Lei Complementar nº 242, de 17 de dezembro de 2021. Disponível em: < <https://leisestaduais.com.br/pr/decreto-n-10051-2022-parana-regulamenta-a-gratificacao-de-tecnologia-e-ensino-instituida-pela-lei-complementar-no-242-de-17-de-dezembro-de-2021> > Acesso em: 10 de outubro de 2025.

legais, como licença-maternidade e afastamentos por motivos de saúde, resultando em perdas salariais que podem ultrapassar R\$ 2 mil. Tal medida, além de penalizar profissionais adoecidos, revela uma política de gestão que desconsidera as condições reais de trabalho e reforça a precarização da docência.

Como adverte Antunes (2015, p. 412), “o trabalho, cada vez mais intensificado, precarizado e desprovido de sentido, tem se convertido em uma das principais fontes de adoecimento físico e mental dos trabalhadores, especialmente no setor de serviços, como a educação”.

O APP Sindicato Paraná que representa os docentes da rede estadual, emitiu uma de nota sobre a fala do secretário no site oficial¹¹:

Essas declarações do secretário Roni Miranda ocorrem poucos meses após duas professoras morrerem em sala de aula, na cidade de Curitiba, e viralizar na internet a imagem de um professor fazendo curso no leito do hospital porque a Secretaria da Educação exigia 100% de presença, não aceitava atestado médico e previa consequências para quem não participasse da formação. Somado a tudo isso, também foram divulgados neste ano dados oficiais produzidos pelo governo mostrando que, em 2024, mais de 10 mil educadores(as) que atuam na rede estadual de ensino precisaram se afastar do trabalho para tratamento de problemas ligados à saúde mental (APP Sindicato Paraná, 2025).

As declarações do secretário Roni Miranda, que minimizam o direito ao afastamento por motivos de saúde, ganham contornos ainda mais graves quando contextualizadas com os episódios recentes que marcaram profundamente a rede estadual de ensino do Paraná. A morte de duas professoras em sala de aula¹², a imagem de um docente realizando curso hospitalizado por exigência de presença integral e os dados oficiais que apontam mais de 10 mil afastamentos por questões de saúde mental em 2024 revelam uma realidade alarmante. Esses fatos não são isolados, mas expressão concreta de uma política educacional que

¹¹ APP Sindicato Paraná. 2025. Disponível em: <
<https://appsindicato.org.br/em-nota-direcao-estadual-da-app-sindicato-repudia-declaracoes-do-secretario-roni-miranda-no-dia-doa-professora/> > Acesso em: 19 de outubro de 2025.

¹² G1. Duas professoras morrerem durante o expediente em escolas estaduais, em um intervalo de seis dias. Disponível em: <
<https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2025/06/07/parana-anuncia-ampliacao-de-programa-para-saud-e-de-educadores-em-seis-dias-duas-professoras-morreram-durante-expediente.ghtml> > Acesso em: 20 de setembro de 2025.

desconsidera os limites humanos do trabalho docente, naturaliza o adoecimento e reforça uma cultura institucional de coerção e produtividade a qualquer custo.

A exigência de presença absoluta, mesmo diante de condições clínicas, configura uma violação dos direitos trabalhistas e éticos, além de evidenciar o aprofundamento da precarização e da desumanização da profissão docente. Em vez de reconhecer e enfrentar os fatores estruturais que levam ao esgotamento físico e emocional dos educadores, o discurso oficial insiste em responsabilizá-los individualmente, perpetuando um modelo de gestão que ignora o cuidado, a dignidade e a centralidade do professor na construção de uma educação pública de qualidade. Antunes (2018) afirma:

Endossa como uma escravidão digital em pleno século XXI, a qual, por meio da flexibilização do mercado de trabalho encabeçado pelos capitais informáticos e financeirizados, por um lado impõe uma disponibilidade eterna para o labor, propiciada pelo trabalho on-line e dos aplicativos, e por outro alarga a precariedade total, que saqueia os direitos vigentes (Antunes, 2018, p.63).

Essa citação evidencia de forma explícita os resultados perversos da reconfiguração do trabalho na era digital, marcada pela intensificação da exploração e pelo enfraquecimento dos direitos trabalhistas. Ao descrever esse processo como uma “escravidão digital”, Antunes (2018) denuncia uma lógica de flexibilização determinada pelos capitais informáticos e financeirizados, que reconfigura o trabalhador em sujeito constantemente disponível, submetido à lógica da conectividade contínua e da produtividade incessante.

Segundo dados oficiais divulgados pelo APP Sindicato Paraná (2025), mais de 10 mil educadores(as) da rede estadual precisaram se afastar do trabalho em 2024 para tratar problemas relacionados à saúde mental. Esse dado não pode ser reduzido a uma estatística isolada — ele revela uma crise que se espalha silenciosamente e atravessa o cotidiano das escolas e escancara as consequências de um modelo de gestão que ignora as condições reais de trabalho docente. A gravidade da situação no Paraná não apenas exige atenção imediata, como também pode servir de alerta para outros estados, onde políticas semelhantes de intensificação, controle e desresponsabilização institucional tendem a reproduzir os mesmos padrões de adoecimento e precarização.

No cenário da educação, esse processo se revela na sobrecarga docente, na exigência de presença integral em formações remotas, na vigilância nas plataformas e na responsabilização individual por metas institucionais colocadas. Esse é um novo formato de dominação, que emprega da tecnologia não como instrumento de emancipação, porém, a utiliza como aparato de controle e precarização, acentuando ainda mais a alienação, roendo as bases da dignidade profissional.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desta pesquisa revela uma intensificação expressiva dos investimentos e das parcerias estabelecidas entre o setor privado e a educação pública no estado do Paraná. Tal fenômeno não se configura como um movimento isolado, mas sim como expressão concreta de um projeto societário alinhado à lógica capitalista, no qual a educação é progressivamente ressignificada como mercadoria. Nesse contexto, os interesses mercantis passam a sobrepor-se à função emancipadora do conhecimento, promovendo a implementação de currículos de caráter tecnicista que atendem às demandas do mercado em detrimento da formação crítica e integral dos sujeitos.

Diante da adoção de políticas educacionais orientadas por lógicas tecnocráticas e mercantilistas, os efeitos sobre a realidade escolar têm se mostrado múltiplos e profundamente preocupantes. Observa-se, em primeiro plano, o crescente adoecimento físico e emocional dos docentes, resultado direto da sobrecarga de trabalho, da intensificação das cobranças por desempenho e da ausência de uma valorização efetiva da profissão. A imposição de métricas rígidas e indicadores de produtividade, muitas vezes desvinculados da complexidade do processo educativo, contribui para a precarização das condições de trabalho e para o esvaziamento do sentido pedagógico da prática docente.

Paralelamente, a entrada constante de novos profissionais na educação, sem o devido suporte formativo e institucional, evidencia a fragilidade das políticas de permanência e valorização docente. Soma-se a isso o distanciamento de muitas famílias em relação ao acompanhamento da trajetória escolar de seus filhos, o que agrava os desafios enfrentados pelos educadores no cotidiano das salas de aula. A indisciplina crescente, a ausência de

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 9, nº2, julho/dezembro - 2025.– Curso de Pedagogia– UNESC

limites e o aumento expressivo de estudantes com algum tipo de deficiência — sem que haja profissionais especializados para oferecer o suporte necessário — revelam um cenário de negligência estrutural.

As turmas superlotadas e as condições insalubres de trabalho completam esse quadro, tornando a escola um espaço cada vez mais hostil à construção de práticas educativas significativas. Em vez de promover a formação integral dos sujeitos, a educação, sob tais rumos, tende a reproduzir desigualdades, silenciar vozes e comprometer o direito à aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2015.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. **Proletariado digital, serviços e valor**. In: ANTUNES, Ricardo (org.). Riqueza e Miséria do trabalho no Brasil IV: trabalho digital, autogestão e expropriação da vida. São Paulo: Boitempo, 2019.

ANTUNES, Ricardo (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0** 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, Ricardo. **Capitalismo Pandêmico**. São Paulo: Boitempo, 2022.

APP Sindicato do Paraná. Disponível em: **Mais de 8,9 mil professores(as) da rede estadual do Paraná foram afastados(as) para tratamento de saúde mental em 2024**. < <https://appsindicato.org.br/mais-de-89-mil-professoras-da-rede-estadual-do-parana-foram-afastados-para-tratamento-de-saude-mental-em-2024/> > Acesso em: 19 de set. 2025.

APP Sindicato em defesa da escola pública. **Percepção dos professores sobre a plataformização da educação no Estado do Paraná - Parte III**. Relatório de Pesquisa.

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 9, nº2, julho/dezembro - 2025.– Curso de Pedagogia– UNESC

2023. Disponível em:

<https://appsindicato.org.br/wpcontent/uploads/2023/08/PesquisaPlataformasParteIII> Acesso em: 20 de setembro de 2025.

APP Sindicato. Chamada por reconhecimento facial é criticada por educadores(as) e apresenta problemas. **App Sindicato**, Curitiba, 02 mar. 2023. Disponível em: <

<https://appsindicato.org.br/chamada-por-reconhecimento-facial-e-criticada-por-educadoresas-e-apresenta-problemas/>. > Acesso em: 15 de out. 2025.

APP Sindicato. **Em nota, Direção Estadual da APP-Sindicato repudia declarações do secretário Roni Miranda no Dia do(a) Professor(a)**. Governo do Paraná. **App Sindicato**, Curitiba, 15 de out. de 2025. Disponível em: <

<https://appsindicato.org.br/em-nota-direcao-estadual-da-app-sindicato-repudia-declaracoes-do-secretario-roni-miranda-no-dia-doa-professora/> > Acesso em: 18 de out. 2025.

BARBOSA, Renata Peres; ALVES, Natália. **A Reforma do Ensino Médio e a Plataformização da Educação: expansão da privatização e padronização dos processos pedagógicos**. Revista e-Curriculum, São Paulo, v. 21. 2023.

BRASIL DE FATO. [site] **‘Fala do Secretário de Educação do PR é de quem quer o colapso entre os professores’**. Disponível em: <

<https://www.brasildefato.com.br/2025/10/20/fala-do-secretario-de-educacao-do-pr-e-de-quem-quer-o-colapso-entre-os-professores/> > Acesso em: 22 de out. 2025.

BRASIL DE FATO. [site]. 2025. **Governo do PR desconta salário de profissionais em licença-maternidade e em tratamento de câncer, denuncia APP Sindicato**. Disponível em: <

<https://www.brasildefato.com.br/2025/09/05/app-sindicato-denuncia-governo-do-pr-esta-desc-ontando-salario-de-profissionais-em-licenca-maternidade-e-em-tratamento-de-cancer/> > Acesso em: 18 de setembro de 2025.

BRASIL. Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014. Dispõe sobre o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 01 ago. 2014.

CARRANO, Pedro. **A quem interessa o modelo de educação pública implementado no Paraná por Ratinho Jr? Parte III**. Disponível em:

<<https://www.brasildefato.com.br/colunista/rossano-rafaelle-szip/2024/08/14/a-quem-interessa-o-modelo-de-educacao-publica-implementado-no-parana-por-ratinho-jr-parte-3/>>. Acesso em: 30 out. 2025.

DE HISTÓRIA, Abem Associação Brasileira de Ensino. **Entrelaçando histórias - episódio 1 - “PLATAFORMIZAÇÃO DO ENSINO”**. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=7aj8FdxCJnk&t=1809s>>. Acesso em: 20 de out. 2025.

Escola Digital Professor. Plataformas Digitais. Governo do Paraná. 1 vídeo (1h40min)

Disponível em: < https://professor.escoladigital.pr.gov.br/plataformas_educacionais > Acesso em: 19 de set. 2025.

FERREIRA, G.; LIMA, M. F.; SCHNECKENBERG, M. Os interesses do capital presentes na educação pública paranaense. **Educar em Revista**, v. 41, 1 jan. 2025.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

GONSALES, P.; AMIEL, Tel. **Artificial Intelligence, Education and Childhood Education in Contemporary Times: Between Data and Rights**. Internet Sectoral Overview. Out. 2020. Disponível em: <
https://cetic.br/media/docs/publicacoes/6/20201203160225/internet_sectoral_overview_year-12_n_3_artificial_intelligence_education_and_childhood > Acesso em: 19 de outubro de 2025.

Legislação Estadual do Paraná. **Decreto nº 10051, de 10 de janeiro de 2022**. Regulamenta a Gratificação de Tecnologia e Ensino instituída pela Lei Complementar nº 242, de 17 de dezembro de 2021. Disponível em: <
<https://leisestaduais.com.br/pr/decreto-n-10051-2022-parana-regulamenta-a-gratificacao-de-tecnologia-e-ensino-instituıda-pela-lei-complementar-no-242-de-17-de-dezembro-de-2021>
Acesso em: 10 de out. 2025.

MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade Industrial**. 4.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

MOROZOV, E. To Save Everything, Click Here: The Folly of Technological Solutionism. New York: Public Affairs, 2013.

MOROZOV, Evgeny. **Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política**. Trad. Claudio Marcondes. São Paulo: Ubu Editora, 2018, 192p.

MOURA, Lívia Romero De. **Pedalandando para sobreviver: o processo de uberização do trabalho e os entregadores ciclistas**. UFC. Dissertação. 2021. Paraná Inteligência Artificial (PIA). [site eletrônico] disponível em: <
<https://pia.paas.pr.gov.br/> > Acesso em: 19 de setembro de 2025.

Paraná. Secretaria Estadual de Educação. **Educação do Paraná recebe prêmio do Google voltado à tecnologia no aprendizado**. Curitiba. 03 de out. de 2025. Disponível em: <
<https://www.parana.pr.gov.br/aen/Noticia/Educacao-do-Parana-recebe-premio-do-Google-voltado-tecnologia-no-aprendizado> > Acesso em: 10 de out. 2025.

Paraná. Secretaria Estadual de Educação. **Caça ao tesouro, esporte e tecnologia: rede estadual inova na preparação para o Saeb**. Curitiba, 17 de out. de 2025. Disponível em: <
<https://www.educacao.pr.gov.br/Noticia/Caca-ao-tesouro-esporte-e-tecnologia-rede-estadual-i-nova-na-preparacao-para-o-Saeb> > Acesso em: 19 de out. 2025.

Paraná. Secretaria Estadual de Educação. **Com valorização de professores, Paraná bate metas do Plano Estadual de Educação.** Curitiba. 30 de set. de 2025. Disponível em: < <https://www.parana.pr.gov.br/aen/Noticia/Com-valorizacao-de-professores-Parana-bate-metas-do-Plano-Estadual-de-Educacao> > Acesso em: 01 de out. 2025.

Paraná. Secretaria Estadual de Educação. Rede estadual: **plataformas de apoio à aprendizagem se destacam no 1º semestre.** Curitiba. 18 de jul. 2025. Disponível em: < <https://www.educacao.pr.gov.br/Noticia/Rede-estadual-plataformas-de-apoio-aprendizagem-s-e-destacam-no-1o-semester> > Acesso em: 10 de out. 2025.

SAVIANI, Dermeval. **Educação brasileira: estrutura e sistema.** Campinas: Autores Associados, 2011.

SCZIP, R. (2025). A plataformização da educação na Rede Estadual do Paraná: impactos sobre o trabalho docente e na disciplina de História. **Palavras ABEHrtas**, (9). Disponível em: < <https://www.palavrasabehrtas.abeh.org.br/index.php/palavrasABEHrtas/article/view/107> > Secretária de Educação do Estado do Paraná (SEED-PR).

ZUBOFF, S. **The Age of Surveillance Capitalism: The Fight for a Human Future at the New Frontier of Power.** New York: Public Affairs, 2020.